AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Contribuição para o Debate sobre a Dívida dos Estados e Municípios

Síntese dos argumentos da Auditoria Cidadã da Dívida sobre o PLP nº 238/2013

Maria Lucia Fattorelli

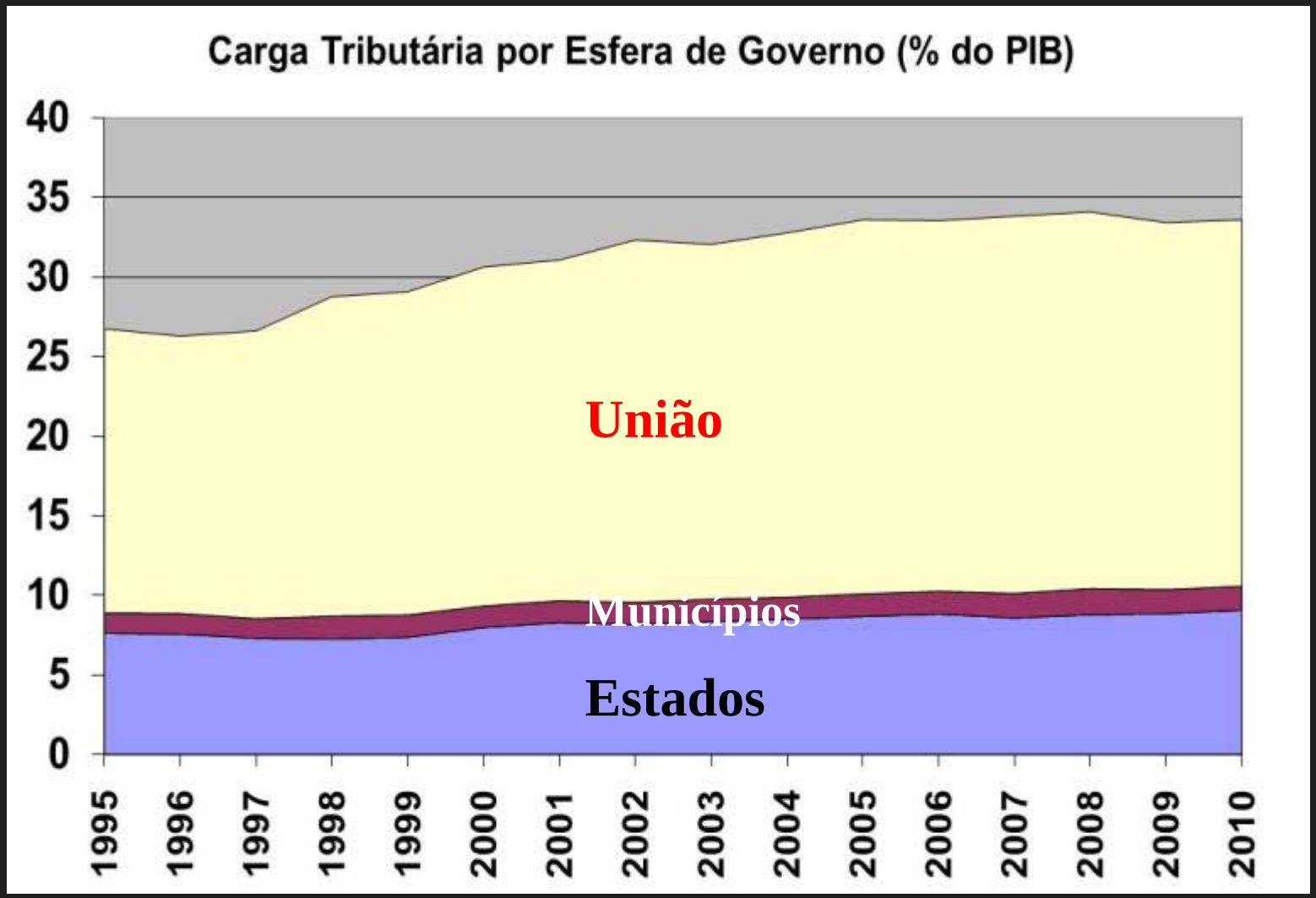
CAE – Senado Federal - 25 de março de 2013

DÍVIDA DOS ESTADOS

- “Sistema da Dívida”
- Endividamento sem contrapartida: mecanismos financeiros
- Justificativa para:
  - Privatizações do patrimônio dos estados
  - Assunção de dívidas de bancos – PROES
  - Endividamento com Banco Mundial
- Fraudes
- SACRIFÍCIO SOCIAL

O GOVERNO FEDERAL CONCENTRA A ARRECADAÇÃO

Estados reféns: Governo Federal <u>pode reter o FPE caso não seja paga a dívida</u>



Fonte: Secretaria da Receita Federal e CONFAZ. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Art. 4º do PLP nº 238/2013

Modifica dispositivos da Lei nº 9.496/97 referentes à REMUNERAÇÃO NOMINAL cobrada de Estados e Municípios:

- JUROS REAIS: "*calculados e debitados mensalmente, à taxa mínima de quatro por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado*"
- ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA: "*calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA*"

O PLP diz ainda que quando essa remuneração nominal exceder à variação da taxa SELIC, no mesmo mês, deverá ser substituído pela referida taxa.

ILEGALIDADES

- Desrespeito ao Federalismo
- Desrespeito à Sociedade
- Cobrança de juros sobre juros
- Capitalização mensal de juros
- Cobrança de juros superiores aos autorizados pelo Senado
- Exigência de robustas garantias
- Desequilíbrio entre as partes
- Desconsideração do valor de mercado dos títulos estaduais e municipais
- Desconsideração dos antecedentes
- Adoção do IGP-DI
- Ausência de cláusula do equilíbrio econômico-financeiro do contrato
- Condições diferentes para cada Estado

DANO FINANCEIRO E PATRIMONIAL

PLP-238: Perpetuação das ilegalidades e ônus aos entes federados e à sociedade

Ainda que o PLP 238/2013 venha a ser aprovado com alterações extremamente otimistas para os estados (*reduzindo-se o percentual de comprometimento para 9% da Receita Líquida Real; aplicando-se a taxa Selic para as dívidas do PROES; considerando a manutenção da Selic em 7,25% ao ano pelas próximas décadas e a manutenção do crescimento (de 2012) da Receita Líquida Real para todos os anos seguintes)*, a contínua subtração de recursos de forma exagerada prosseguiria, como indica a projeção exemplificativa constante do quadro seguinte:

Ente Federado	Estoque da Dívida em 31/12/2012 R$	Ano de conclusão do pagamento	Pagamentos ainda por fazer, para quitar a dívida R$	Quantidade de vezes que a questionável dívida será paga novamente
Estado: **São Paulo**	183.368.432.043,17	2030	389.135.141.691,34	2,12
Estado: **Minas Gerais**	63.358.862.650,00	2029	128.602.828.404,97	2,03
Estado: **Rio de Janeiro**	59.823.252.792,23	2026	106.860.239.056,31	1,79
Estado: **Rio Grande do Sul**	42.618.582.747,74	2047	166.769.601.547,56	3,91
Município: **São Paulo**	53.153.415.638,67	2029	107.035.204.899,24	2,01

Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida, com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional.
Nota: O Estoque da dívida em 31/12/2012 considerou os valores da Lei 9496, PROES e MP 2.185.

SURGIMENTO DA DÍVIDA DOS ESTADOS

ORIGEM:

- Governo militar centralizou a gestão tributária na União e esvaziou governos sub-nacionais
- Endividamento dos Estados: Incentivado pela União para financiar o déficit público gerado pela política tributária (Lei 7.614/87 autorizou operações de crédito interno à conta e risco do Tesouro Nacional, mediante suprimento específico adiantado pelo Banco Central)
- Estados sofrem impacto das políticas impostas pelo FMI a partir de 1983

NECESSIDADE DE AUDITORIA:

- Maioria das Resoluções do Senado das décadas de 70 e 80 - que autorizaram endividamento dos estados - sequer mencionam o Agente Credor
- Diversas sequer mencionam a finalidade do empréstimo

FINANCIAMENTO DA DITADURA?

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DOS ESTADOS

- Impacto da política monetária federal, principalmente juros altos

Relatório Final da CPI da Dívida Pública – Maio / 2010

(aprovado pela base do governo e pelo PSDB)

"30. O comportamento das dívidas estaduais, antes de sua assunção pelo governo federal, foi afetado de maneira decisiva pela política de juros reais elevados implantada após o Plano Real e tornou inevitável um novo programa de refinanciamento, desta vez em caráter definitivo."

NECESSIDADE DE AUDITORIA

GÊNESE DO REFINANCIAMENTO: ACORDO FMI

Carta de Intenções de dezembro/1991, itens 24 e 26:

26. Para facilitar um maior fortalecimento das finanças públicas, em outubro o Executivo submeteu ao Congresso propostas de mudanças institucionais que procuram fazer modificações na distribuição de receitas tributárias entre os governos federal, estadual e municipal para 1992 e 1993, a ***proibição de novas emissões de títulos de dívida pelos estados*** *e um programa de reestruturação de dívida no qual* ***o governo federal vai assumir as dívidas dos estados em troca de um programa de ajuste de 2 anos que vai facilitar a reestruturação dos gastos dos estados;***

DANO: CONDICÕES EXTREMAMENTE ONEROSAS

Dívida Interna Total de MG	
Estoque em 1998, após refinanciamento pela União	**R$ 18.500.000.000,00**
Dívida Interna Total de MG, computando-se os pagamentos efetuados	
Estoque em 31/12/2011 http://www4.bcb.gov.br/fis/dividas/lestados.asp	**R$ 66.810.020.404,51**
Dívida Interna Total de MG, se aplicada outra condição financeira desde o início do acordo com a União. Computados os pagamentos efetuados	
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado TJLP	**10.389.018.129,77**
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado IPCA	**2.194.301.801,64**
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado IPCA + juros reais de 2% a.a.	**9.325.216.480,38**
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado juros nominais fixos de 6%	**-1.596.367.620,67**

MONTANTE INICIAL
CIFRAS REFINANCIADAS PELA UNIÃO

VALOR TOTAL REFINANCIADO	**R$ 112,17 bilhões**	
• **Empréstimos do PROES**	**R$ 61,92 bilhões**	**55%**
• **Dívida dos Estados**	**R$ 50,25 bilhões**	**45%**

Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central

RESUMO

VALOR TOTAL REFINANCIADO (RETIFICADO)	**R$ 113,18 bilhões**
Amortizações Pagas (1997 a 2011)	**R$ 55,25 bilhões**
Juros Pagos (1998 a 2011)	**R$ 120,98 bilhões**
Saldo em 31/12/2011	**R$ 396,70 bilhões**

Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central

PERFIL DA DÍVIDA DOS ESTADOS

- Dívida Renegociada com a União: cerca de 95% do montante
- Crescimento do endividamento dos estados com o Banco Mundial

ASSESSORIA DO BANCO MUNDIAL PARA FUNDOS DE PENSÃO NACIONAL E SUBREGIONAIS

Projeto: BR State Pension Reform TAL II (P089793)

Valor: US$ 5 milhões

Objetivo: "*Significativas reduções dos custos das aposentadorias*"

Estados que já manifestaram interesse em participar: 23 Estados

Recursos liberados para 18 Estados:

RN	AP	RS	DF	RR
PE	SE	MG	ES	AC
PB	SP	MS	BA	
CE	SC	GO	TO	

AUDITORIA DA DÍVIDA

Prevista na Constituição Federal de 1988

Plebiscito popular ano 2000 realizado no contexto da Terceira Semana Social: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

CPI da Dívida Pública

Passo importante, mas ainda não significa o cumprimento da Constituição

EQUADOR – Lição de Soberania

Comissão de Auditoria Oficial criada por Decreto

- Em 2009: Proposta Soberana de reconhecimento de no máximo 30% da dívida externa representada pelos Bônus 2012 e 2030
- 95 % dos detentores aceitaram a proposta equatoriana, o que significou anulação de 70% dessa dívida com os bancos privados internacionais
- Economia de US$ 7,7 bilhões nos próximos 20 anos
- Aumento gastos sociais, principalmente Saúde e Educação

CPI DA DÍVIDA – CÂMARA DOS DEPUTADOS

Criada em Dez/2008 e Instalada em Ago/2009, por iniciativa do Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)

Concluída em 11 de maio de 2010

Identificação de graves indícios de ilegalidade da dívida pública da União, Estados e Municípios

Momento atual: investigações do Ministério Público

NECESSIDADE DE AMPLA DIVULGAÇÃO E CONHECIMENTO

EXIGIR A COMPLETA INVESTIGAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Obrigada

Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br